UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Direção da Faculdade de Educação
Gabinete da Direção

EDITAL Nº 1264, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025

Processo nº 23079.200232/2025-14

EDITAL DE SELEÇÃO AO CURSO DE MESTRADO
TURMA DE 2026

O Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos termos das Resoluções 01/2006 e 02/2006 do CEPG/UFRJ e de acordo com o Regulamento do Programa, torna público que estarão abertas, de 12 de janeiro a 10 de fevereiro de 2026, as inscrições para a seleção ao curso de Mestrado em Educação, turma de 2026, que será conduzida pela Comissão de Seleção conforme as normas que se seguem.

DAS INSCRIÇÕES

1. Todas as inscrições serão feitas pelo link: https://forms.tic.ufrj.br/index.php/984281 **.** Nele, os/as candidatos/as deverão preencher uma ficha online de inscrição com os seguintes dados/documentos:

a) Indicação de uma Linha de Pesquisa e duas opções de Orientador/a (que devem ser da mesma linha de pesquisa);
b) Dados pessoais;
c) Opção de vaga: Ampla concorrência (AC) ou Cotas de Ação Afirmativa (CAA);
d) Resumo do pré-projeto com até 2500 caracteres com espaço, sem identificação do(a) candidato(a), a ser anexado em formato PDF em local próprio designado para este fim no formulário de inscrição, contendo as seguintes informações: título, três palavras-chave, tema, objetivos, indicação de dois possíveis orientadores e justificativa indicando a articulação do projeto com linha e com os temas e projetos de pesquisa dos orientadores pretendidos. Caso haja qualquer forma de identificação no resumo do pré-projeto, implicará em não homologação da inscrição do/a candidato/a;
e) Pré-Projeto de pesquisa que pretende desenvolver, a ser anexado em formato PDF em local próprio designado para este fim no formulário de inscrição, com no mínimo 8 páginas e no máximo 10 páginas contando as referências, contendo os seguintes itens: título, indicação de dois possíveis orientadores; introdução, justificativa (incluindo a escolha do PPGE-UFRJ, da Linha de Pesquisa que pretende ingressar e possíveis orientadores), objetivos, referencial teórico e metodológico e referências bibliográficas, conforme modelo no Anexo II deste edital;
f) Currículo *Lattes* - Será aceito apenas o currículo no modelo da Plataforma Lattes, anexado em pdf. É obrigatório que o currículo enviado seja registrado na plataforma *Lattes* - https://lattes.cnpq.br/. Não serão aceitos currículos em outros formatos. Caso seja apresentado currículo em outro formato, implicará em não homologação da inscrição do/a candidato/a;
g) Comprovante de conclusão da graduação (diploma – frente e verso – ou declaração anexado em pdf) ou termo de responsabilidade para alunos/as que não colaram grau na graduação (Modelo no Anexo VI);
h) Certidão de nascimento de filhos/as até 5 anos, no caso de estudantes que foram mães nos últimos 5 anos (anexar em pdf);
i) Comprovante de residência (exclusivamente para candidatos/as que residam a mais de 250 Km de distância do Rio de Janeiro e solicitem no formulário a realização da arguição em formato remoto na terceira e na quarta etapas do processo seletivo, caso aprovados/as na primeira e na segunda etapas do processo seletivo mencionado): conta de consumo no nome do/da candidato/a ou, caso não possua, declaração segundo o modelo disponível no Anexo V deste edital;
j) Termo de concordância com o edital;

1.1. Na página eletrônica do PPGE-UFRJ (https://ppge.educacao.ufrj.br/ppge-linhas-curriculo.html) consta a descrição de cada uma das Linhas de Pesquisa, com suas respectivas temáticas. O Anexo I deste edital registra os nomes dos/as professores/as com disponibilidade de orientação para o mestrado 2026 e seus respectivos temas e projetos de pesquisa.

1.2. Não haverá inscrição sob outras formas.

1.3. As inscrições são gratuitas.

2. Os/As candidatos/as aprovados/as e classificados/as enviarão no momento da matrícula cópia dos documentos abaixo relacionados para serem autenticados na secretaria do PPGE. Caso não apresentem esses documentos, serão automaticamente impedidos/as de realizar a matrícula e excluídos/as do processo seletivo.

Relação de documentos a serem apresentados no **ato da matrícula** (para os/as candidatos/as aprovados):

a) Cópia do diploma de graduação, devidamente registrado, ou revalidado na forma da lei. O Programa poderá aceitar matrícula de candidatos(as) que ainda não tenham recebido seu diploma de graduação, desde que apresentem certificados de conclusão de curso de graduação devidamente validado por suas instituições de origem. Caso aprovados(as) e classificados(as), os(as) candidatos(as) que estejam nesta situação deverão apresentar seus diplomas de graduação até a data de exame de projeto do mestrado, sob pena de ficarem impedidos de defender seus projetos e, consequentemente, de perderem as vagas;
b) Cópia do documento de identidade em que conste o local de nascimento do/a candidato/a;
c) Foto digital com fundo branco recente;
d) Cópia do CPF ou comprovante de situação cadastral, disponível em:
https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
e) Cópia do passaporte para candidatos/as estrangeiros/as;
f) Certificado militar ou de dispensa militar.

3. Não serão homologadas inscrições com o preenchimento incompleto da ficha de inscrição *online* e/ou com documentação faltante.
4. A inscrição de candidatos/as estrangeiros/as, não lusófonos/as, ficará condicionada à comprovação de proficiência em língua portuguesa atestada por instituição reconhecida pela representação do governo brasileiro no exterior ou por instituições de ensino credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC).

5. Os/As candidatos/as estrangeiros/as poderão inscrever-se para programas PEC-PG (Programa Estudante Convênio Pós-Graduação), Ministério das Relações Exteriores e/ou OEA (Organização dos Estados Americanos), respeitando as normas e prazos das referidas agências.

5.1. Os/As estrangeiros/as que não optem pelo PEC-PG deverão seguir os procedimentos de seleção dos/as demais candidatos/as descritos neste edital.

6. O/A candidato/a deverá apresentar-se com o documento de identidade com foto na etapa do processo seletivo apresentada no item 9 deste edital.

DAS VAGAS

7. Para o ano de 2026 o PPGE oferecerá **55 vagas** no curso de mestrado, assim distribuídas:
a) **38 vagas** para Ampla Concorrência (AC), distribuídas por Linha de Pesquisa conforme especificadas no Anexo I;
b) **11 vagas** para Cotas de Ações Afirmativas (CAA) reservadas para candidatas/os autodeclaradas/os pretos, pardos e indígenas, de acordo com a resolução CEPG/UFRJ Nº 118, de 30 de setembro de 2022, distribuídas por Linha de Pesquisa conforme especificadas no Anexo I;
c) **03 vagas** para Cotas de Ações afirmativas (CAA) reservadas para pessoas com deficiência (PcD), de acordo com a resolução CEPG/UFRJ Nº 118, de 30 de setembro de 2022, distribuídas por Linha de Pesquisa conforme especificadas no Anexo I;
d) **03 vagas** para Cotas de Ações Afirmativas (CAA) reservadas para pessoas travestis, transexuais e quilombolas, de acordo com a resolução CEPG/UFRJ Nº 118, de 30 de setembro de 2022, distribuídas por Linha de Pesquisa conforme especificadas no Anexo I.

7.1. As vagas não serão preenchidas integralmente caso não haja candidatos/as aprovados/as no processo de seleção.

7.2. Em caso de inexistência, insuficiência ou não aprovação no processo seletivo de número previsto de candidatos/as, as vagas poderão ser redistribuídas para qualquer uma das categorias (AC, CAA).

7.3. A distribuição de vagas por Linha de Pesquisa é a seguinte:

Currículo, Ensino e Diferença (12 vagas)
Estado, Trabalho-Educação e Movimentos Sociais (16 vagas)
Formação Docente, Linguagens e Subjetividade (10 vagas)
História, Sujeitos e Processos Educacionais (02 vagas)
Inclusão, Ética e Interculturalidade (07 vagas)
Políticas e Instituições Educacionais (08 vagas)

Cada candidato/a deverá inscrever-se em apenas uma Linha de Pesquisa.
7.4. As indicações de possíveis orientadores servem apenas para a organização do processo seletivo, não assegurando qualquer vínculo de orientação no programa.

DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

8. Estão garantidos 20% (vinte por cento) das vagas para candidatos/as autodeclarados/as pretos/as, pardos/as e indígenas, 5% para pessoas com deficiência e 5% para pessoas travestis, transsexuais e quilombolas, em conformidade com a Resolução CEPG nº 118, de 30 de setembro de 2022.

8.1. Os/As candidatas/os que optarem pelas vagas destinadas a políticas de ações afirmativas concorrerão a estas fazendo sua autodeclaração em campo específico do Formulário de Inscrição no processo seletivo.

8.2. Os/As optantes de ações afirmativas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas às ações afirmativas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

8.3. Os/As optantes de ações afirmativas classificados/as dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados/as para efeito do preenchimento das vagas destinadas às ações afirmativas.

8.4. Em caso de desistência de optantes aprovadas/os em vagas destinadas às ações afirmativas, a vaga não preenchida será ocupada pelo/a optante do mesmo grupo de acordo com a ordem de classificação.

8.5. Na hipótese de não haver optantes aprovados/as em número suficiente para ocupar as vagas destinadas às ações afirmativas, as vagas remanescentes serão revertidas para outra categoria de ação afirmativa. Caso não haja, serão direcionadas para a ampla concorrência, sendo preenchidas pelos/as demais candidatos/as aprovados/as, de acordo com a ordem de classificação.

8.6. Os/as optantes autodeclarados/as pretos/as e pardos/as serão submetidos/as ao procedimento de heteroidentificação de forma presencial, por uma comissão específica instituída pela UFRJ de acordo com o estabelecido pela Resolução Consuni nº 24/2020 na forma da lei, para que não haja desvio da finalidade da política de ações afirmativas.

8.7. Os/As candidatos/as pretos/as e pardos/as que optarem por participar da Política de Ações Afirmativas serão definidos como candidatos/as optantes e terão vagas reservadas dentro do percentual disponível e oferecido pelo PPGE, desde que aprovados/as em todas as etapas do processo seletivo e considerados/as aptos pela Comissão de Heteroidentificação no caso de optantes negros/as.

8.8. No caso de optantes indígenas, a confirmação da autodeclaração se baseará na apresentação de carta assinada por liderança ou organização indígena, indicando o vínculo à comunidade indígena a qual o/a optante pertence, além de uma carta relatando sua trajetória (formação escolar, outros cursos, atuação junto à comunidade ou em movimentos, experiência profissional etc.), com menção à comunidade específica a qual está identificado/a, devidamente registrada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas ou órgão equivalente. Os documentos devem ser anexados em local próprio designado para este fim no formulário de inscrição e posteriormente apresentados no ato da matrícula.

8.9. No caso de optantes quilombolas, a confirmação da autodeclaração se baseará na apresentação dos seguintes documentos: (a) Documento emitido pela Fundação Palmares (declaração de território da comunidade remanescente quilombola); (b) Declaração de pertencimento do/a candidato/a ao quilombo de origem, emitida e assinada por liderança do quilombo; (c) Documento de endosso da respectiva comunidade quilombola do/a candidato/, emitido pela Associação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ). Os documentos devem ser anexados em local próprio designado para este fim no formulário de inscrição e posteriormente apresentados no ato da matrícula.

8.10. Candidatos/as autodeclarados/as pessoas com deficiência ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA) deverão enquadrar-se no Art. 2º. da Lei nº. 13.146 de 6 de julho de 2015, nos Art. 3º. e 4º. do Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999, e/ou no Art. 1º. da Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012 e na

Lei 14.768/2023, assim como no enunciado AGU no. 45 de 14 de setembro de 2009. Tais candidatos/as deverão, obrigatoriamente, anexar, no momento da inscrição, em local próprio designado para este fim no formulário de inscrição, laudo(s) médico(s) assinado(s) por um/a especialista em TEA ou na área da deficiência da/do candidata/o. O laudo precisa descrever a condição clínica da/do candidata/o, o grau ou nível de deficiência ou do TEA, contendo a referência ao código da Classificação Internacional de Doenças (CID). Devem constar do laudo o nome completo e o registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) do/da profissional emissor do laudo, ambos de forma legível. Devem constar, ainda, deste documento, a assinatura e o carimbo profissional (igualmente legíveis) do(s)/da(s) médico(s)/as(s) que emitir(em) o(s) laudo(s). Os laudos deverão ter sido emitidos dentro dos últimos 18 meses.

8.11. No caso dos/as candidatos/as autodeclarados/as pessoas com deficiência ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é desejável a apresentação de pareceres e/ou relatórios pedagógicos em papel timbrado que comprovem a realização de Atendimento Educacional Especializado ao longo da escolarização básica e/ou superior, explicitando o tipo e objetivos dos atendimentos ofertados às/aos candidatos/as. Tais documentos devem ser emitidos por profissional especializado/a na área educacional, em serviços de educação especial ou instituição de ensino credenciados em órgãos oficiais competentes (municipais, estaduais e/ou federais).

8.12. Candidatos(as) surdos e surdas deverão apresentar os mesmos documentos do item 8.10 e, facultativamente, do item 8.11. Além disso, devem apresentar exame audiológico que comprove surdez neurossensorial em graus severo e/ou profundo, emitido nos últimos 36 meses. O nome e CRM do médico que forneceu o laudo devem estar legíveis no carimbo.

8.13. Candidatos(as) com deficiência visual (Baixa Visão e Cegueira) deverão apresentar os mesmos documentos do item 8.10 e, facultativamente, do item 8.11. Além disso, devem apresentar exame de acuidade visual emitido nos últimos 36 meses. O nome e CRM do médico que forneceu o laudo devem estar legíveis no carimbo.

8.14. Os documentos especificados nos tópicos 8.10, 8.11, 8.12 e 8.13 serão avaliados por banca de verificação designada pela DIRAC – Diretoria de Acessibilidade/UFRJ, que emitirá parecer final quanto ao direito do(a) candidato(a) à concorrência na reserva de cotas, no uso das suas atribuições legais e regimentais.

8.15. Caso necessite de atendimento especial ou recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva, a fim de participar do processo seletivo, será necessário que o/a candidato/a assinale na ficha de inscrição esta necessidade.

8.15.1. Candidatos(as) com deficiência visual (baixa visão e cegueira), surdos/das, com paralisia cerebral e/ou física ou autistas que precisem de mediador para realização da prova, devem informar esta necessidade na ficha de inscrição.

8.15.2. Recursos de acessibilidade também podem ser indicados por candidatas lactantes, candidatos/as canhotos/as ou condição corporal e física que não configure deficiência, mas que exija adaptações, desde que solicitados na ficha de inscrição.

8.16. Os(as) candidatos(as) que optarem por concorrer às vagas para pessoas com deficiência(s) e/ou TEA, antes da homologação do resultado final, deverão passar por banca de verificação do Termo de Autodeclaração, conforme consta do formulário de inscrição.

8.17. Considerando a Resolução CEPG nº 118, de 30 de setembro de 2022, para situações específicas de parentalidade, no caso de candidatas mães que tiveram filhos por adoção e/ou gestação nos últimos cinco anos, a contar da data de divulgação do edital de seleção, será aplicado um fator fixo compensatório de 1,2 na pontuação atribuída à arguição, caso o valor máximo não tenha sido atingido neste quesito. As candidatas devem anexar certidão de nascimento de filhos/as até 5 anos no momento da inscrição.

DA SELEÇÃO

9. Das etapas de seleção:

9.1. As datas das etapas concernentes ao processo seletivo estão previstos no Anexo III e o processo seletivo será realizado em 04 (quatro) etapas, a saber:

1ª etapa: Análise do resumo do pré-projeto (Eliminatória)
2ª etapa: Prova escrita (Eliminatória)
3ª etapa: Arguição do/a candidato/a baseada na análise do pré-projeto de pesquisa e do currículo *Lattes*. Esta fase ocorrerá presencialmente, por banca organizada pela Comissão de Seleção. A arguição será gravada. (Eliminatória)
4ª etapa: Heteroidentificação (para os candidatos/as autodeclarados/as pretos/as e pardos/as) e Banca de validação da Autodeclaração (pessoas com deficiência) (Eliminatória)

9.2. Dos critérios de seleção de cada etapa:

9.2.1. Da 1ª etapa: análise do resumo do pré-projeto

9.2.1.1. O resumo do pré-projeto, sem qualquer identificação do(a) candidato(a), será submetido à análise dos(as) dois(duas) docentes indicados(as) como potenciais orientadores(as), os(as) quais deverão manifestar se consideram a proposta do candidato apta ou não apta para possível orientação. O resumo do pré-projeto será avaliado a partir dos seguintes critérios: (i) articulação do tema e objetivos do resumo à linha de pesquisa escolhida, (ii) articulação do resumo aos temas e projetos (Anexo I) de pesquisa atualmente desenvolvidos pelos(as) docentes indicados(as) como possíveis orientadores(as), (iii) organização do texto, nitidez no uso da linguagem e argumentação com coerência e consistência. Somente prosseguirá para as etapas subsequentes do processo seletivo o(a) candidato(a) que for considerado apto(a) por, no mínimo, um(a) dos(as) docentes indicados(as) como possível orientador.

9.2.1.2. Resumos com qualquer forma de identificação do candidato serão eliminados.

9.2.2. Da 2ª etapa: prova escrita

9.2.2.1. Sem consulta, constará de uma primeira questão versando sobre tema educacional de interesse geral entre os indicados no Anexo IV, e de uma segunda questão versando sobre tema específico da linha de pesquisa escolhida, com bases nos temas e bibliografia indicados no Anexo IV.

9.2.2.2. A prova escrita será avaliada conforme os seguintes critérios:

(a) Questão geral:
- Conhecimento e reflexão crítica em relação à produção acadêmica atual sobre o tema da questão geral, incluindo evidências de um conhecimento fundamentado em literatura da área, ultrapassando o senso comum; diálogo com autores do campo educacional e da área (até 8,0 pontos);
- Organização de ideias, coerência e correção no uso da língua portuguesa, incluindo aspectos formais; ortografia, pontuação, aspectos gramaticais; organização do texto; construção dos parágrafos; clareza no uso da linguagem argumentando com coerência e consistência (até 2,0 pontos).

(b) Questão específica:
- Capacidade de argumentação e diálogo com a bibliografia sugerida para a questão específica da linha, demonstrando conhecimento a respeito do contexto educacional contemporâneo e apresentando pensamento original e crítico (até 8,0 pontos);
- Organização de ideias, coerência e correção no uso da língua portuguesa, incluindo aspectos formais; ortografia, pontuação, aspectos

gramaticais; organização do texto; construção dos parágrafos; clareza no uso da linguagem argumentando com coerência e consistência (até 2,0 pontos).

9.2.2.3. A prova escrita, de caráter eliminatório, será realizada exclusivamente de forma presencial, na UFRJ, no campus Praia Vermelha e terá duração máxima de 4 (quatro) horas. Em nenhuma hipótese o/a candidato/a poderá ingressar no local da prova escrita após o início de sua realização.

9.2.2.4. A nota final referente à 2ª etapa (prova escrita) será de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), composta pela média aritmética entre as notas atribuídas às duas questões da prova (questão geral e questão específica).

9.2.2.5. Na prova escrita, o/a candidato/a somente poderá se identificar pelo NÚMERO DE INSCRIÇÃO. Provas identificadas por qualquer outro modo serão eliminadas.

9.2.2.6. Caberá ao/à candidato/a consultar a confirmação do local da realização da prova, nas dependências da UFRJ, na página eletrônica da Faculdade de Educação (https://www.educacao.ufrj.br/) e/ou nas redes sociais oficiais da UFRJ.

9.2.2.7. No dia da realização da prova, o candidato deverá apresentar documento com foto.

9.2.2.8. A prova deverá ser realizada com caneta esferográfica com tinta preta ou azul (transparente).

9.2.2.9. O/A candidato/a será eliminado no caso de usar fones, celulares ou equipamentos eletrônicos durante a prova.

9.2.2.10. Os/as candidatos/as que obtiverem nota igual ou superior a 7.0 (sete) na prova escrita serão convocados/as para a terceira etapa referente à arguição sobre o pré-projeto de pesquisa e o currículo *Lattes*, por meio de listagem afixada no mural da secretaria do PPGE-UFRJ, situado na Faculdade de Educação, e, também, disponível na página eletrônica da Faculdade de Educação (https://www.educacao.ufrj.br/).

9.2.3. Da 3ª etapa: Da arguição do/a candidato/a baseada na análise prévia do pré- projeto de pesquisa e do currículo *Lattes*.

9.2.3.1. A arguição do/a candidato/a será presencial, em local informado na página eletrônica da Faculdade de Educação (https://www.educacao.ufrj.br/), na UFRJ, campus da Praia Vermelha, e será feita por uma banca de professores/as do PPGE, a qual versará sobre os seguintes aspectos:

(a) pré-projeto, incluindo a relação entre a trajetória profissional e acadêmica do/a candidato/a e o pré-projeto apresentado, a articulação do projeto com linha de pesquisa e orientadores/as indicados/as, e a articulação entre tema, questões e referencial teórico-metodológico proposto (até 4,0 pontos);

(b) desempenho na arguição, incluindo argumentação oral, domínio da discussão apresentada no projeto, coerência entre o pré-projeto escrito e a apresentação oral do mesmo (até 4,0 pontos)

(c) currículo *Lattes*, incluindo produção bibliográfica e técnica, experiência profissional, trajetória acadêmica e disponibilidade de tempo para conclusão do curso em 24 meses (ver Anexo VII - Grade curricular e percurso desejável) (até 2,0 pontos).

9.2.3.2. Os/as candidatos/as não poderão assistir às arguições dos/as concorrentes.

9.2.3.3. Será facultada a realização da arguição no formato remoto, através da plataforma ConferênciaWeb, ao/à candidato/a que comprovar sua residência a uma distância superior a 250 Km do município do Rio de Janeiro, através de comprovante de residência apresentado no momento da inscrição. É de responsabilidade exclusiva do/a candidato/a garantir as condições necessárias de conexão de internet para realização da arguição em formato remoto.

9.2.3.4. Os/As candidatos/as que obtiverem nota inferior a 7,0 (sete) na 3ª etapa serão eliminados/as do processo seletivo. O resultado desta etapa estará disponível na página eletrônica da Faculdade de Educação (https://www.educacao.ufrj.br/).

9.2.4. Da 4ª etapa: Heteroidentificação/Verificação da Condição de Deficiência

9.2.4.1. Os/as optantes autodeclarados/as pretos/as e pardos/as serão submetidos/as ao procedimento de heteroidentificação de forma presencial, por uma comissão específica instituída pela UFRJ de acordo com o estabelecido pela Resolução Consuni nº 24/2020 e na Instrução Normativa n° 23 de 25 de julho de 2023, na forma da lei, para que não haja desvio da finalidade da política de ações afirmativas.

9.2.4.2. A Comissão de Heteroidentificação é formada por servidoras/es (técnicos administrativos/ docentes) e discentes devidamente certificados por curso de capacitação.

9.2.4.3. O/A candidato/a que discordar do parecer da subcomissão de heteroidentificação poderá solicitar recurso para a Comissão Recursal.

9.2.4.4. A entrevista com a Comissão de Heteroidentificação acontecerá após o processo seletivo, e a data e horário serão divulgados pelo PPGE através de mensagem por correio eletrônico. Em caso de não comparecimento o/a candidato/a será desconsiderado/a optante para fins classificatórios.

9.2.4.5. As pessoas pretas e pardas que optarem por concorrer às vagas destinadas às ações afirmativas, ainda que tenham sido aprovadas na ampla concorrência, deverão se submeter ao procedimento de heteroidentificação.

9.2.4.6. O processo de Heteroidentificação será filmado e a negativa implica em eliminação do candidato.

9.2.4.7. Será facultada a realização da heteroidentificação no formato remoto para o/a candidato/a que comprovar sua residência a uma distância superior a 250Km do município do Rio de Janeiro, através de comprovante de residência apresentado no momento da inscrição. Nestes casos o/a candidato/a optante poderá solicitar, no ato da inscrição e mediante justificativa, entrevista no formato remoto. O aceite por parte da comissão vai depender da sua disponibilidade. É de responsabilidade exclusiva do/a candidato/a garantir as condições necessárias de conexão de internet para realização da heteroidentificação em formato remoto.

9.2.4.8. Não será permitido o uso de nenhum acessório que dificulte a visualização das características fenotípicas.

9.2.4.9. Aos/Às candidatos/as não aptos/as será disponibilizado recurso no mesmo dia, por outra Comissão.

9.2.4.10. Os/as candidatos optantes das vagas de ação afirmativa para pessoas com deficiência terão os documentos especificados nos tópicos 8.10, 8.11, 8.12 e 8.13 avaliados por banca de verificação designada pela DIRAC – Diretoria de Acessibilidade/UFRJ, que emitirá parecer final quanto ao direito do(a) candidato(a) à concorrência na reserva de cotas, no uso das suas atribuições legais e regimentais.

9.2.4.11. Caso o/a candidato/a seja considerado/a não apto/a no procedimento de verificação da condição de deficiência, o/a candidato/a será eliminado da seleção como cotista, voltando para as vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a classificação.

DA CLASSIFICAÇÃO

10. A 1ª etapa da seleção é eliminatória, mas não classificatória, somente indicará os(as) candidatos(as) aptos a seguirem no processo seletivo. Os/As candidatos/as receberão na 2ª etapa notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) e na 3ª etapa notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo a nota final composta da média aritmética entre as duas etapas.

10.1. A classificação será feita com base na nota final obtida.

10.2. Os critérios para desempate serão, em primeiro lugar, a nota da 3ª etapa e, em segundo lugar, a nota da 2ª etapa. Caso persista o empate, serão considerados, na seguinte ordem:

a) Análise do currículo *Lattes* com ênfase em publicações e participações em Congressos com apresentação de trabalhos;
b) Experiência profissional registrada no currículo Lattes;
c) Maior idade.

DO EXAME DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

11. Os/As candidatos/as aprovados/as nas duas etapas da seleção e classificados/as farão um exame escrito de proficiência em língua estrangeira (1. Inglês e 2. Francês ou 3. Espanhol, à escolha do/a candidato/a).

11.1. O exame escrito de proficiência em língua estrangeira terá duração máxima de 2 (duas) horas cada e será realizado em local informado pela Coordenação do PPGE, na UFRJ, campus da Praia Vermelha, em data a ser definida posteriormente e informada pela Coordenação do PPGE;

11.2. Nenhum/a candidato/a poderá ser admitido no local do exame escrito de proficiência em língua estrangeira após o início de sua realização.

11.3. Os/As candidatos/as que obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete) serão aprovados/as.

11.4. A prova de proficiência será avaliada conforme os seguintes critérios:

a) Capacidade de interpretação do texto redigido em língua estrangeira, aferida a partir de respostas às perguntas formuladas. Tanto as perguntas quanto as respostas serão elaboradas em língua portuguesa (até 8,0 pontos);

b) Organização de ideias, coerência e correção no uso da língua portuguesa, incluindo aspectos formais; ortografia, pontuação, aspectos gramaticais; organização do texto; construção dos parágrafos; clareza no uso da linguagem (até 2,0 pontos).

11.5. O/A candidato/a reprovado/a no 1° exame escrito de proficiência em língua estrangeira terá que realizar nova prova em data a ser definida pelo programa. A reprovação nessa segunda e última oportunidade acarretará a exclusão do/a candidato/a do Programa.

11.6. Em conformidade com o parágrafo único do Art. 15 do Regulamento do Programa, só serão aceitos, para fins de dispensa da comprovação da capacidade de leitura e compreensão em língua estrangeira, um dos seguintes documentos:

a) Resultado obtido em exame exigido como parâmetro para concessão de bolsa no exterior por agências de fomento e que estejam devidamente dentro do prazo de validade;

b) Resultado obtido em exame anteriormente feito em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* credenciado pela CAPES, em intervalo de tempo não superior a 4 (quatro) anos contados a partir da data de publicação deste edital.

DISPOSIÇÕES GERAIS

12. Das disposições gerais:

12.1. A aprovação na seleção não garantirá a obtenção de bolsa de estudo, a qual dependerá das cotas das agências de fomento, recebidas pelo Programa, das normas dessas agências e de Edital específico do próprio Programa.

12.2. A inscrição do/a candidato/a implica na aceitação das normas e instruções para o processo de seleção, contidas neste Edital, e nos comunicados já emitidos ou que vierem a ser tornados públicos.

12.3. Este processo seletivo terá validade até o dia 14 de agosto de 2026.

12.4. Recursos sobre os resultados das etapas deverão ser protocolados junto à secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, através do e-mail ppgefe@fe.ufrj.br no período previsto no Anexo III.

12.4.1. O requerimento deverá ser justificado, explicitando claramente os pontos que venham a ser considerados como fundamentação do recurso.

12.4.2. A Comissão de Seleção do Edital do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRJ será responsável pela análise dos recursos relativos ao presente Edital de Seleção ao Curso de Mestrado, sendo soberana em suas decisões.

12.4.3. Ao protocolar recurso junto à Comissão de Seleção, o/a candidato/a poderá solicitar acesso para ter vista do conteúdo de todas as suas avaliações realizadas naquela etapa e das respectivas planilhas de pontuação

12.5. É de inteira responsabilidade do/a candidato/a informar-se sobre a realização de todas as etapas do processo seletivo, principalmente dia e horário das arguições.

12.6. O edital estará disponível, durante o período de inscrição, na página da Faculdade de Educação (https://www.educacao.ufrj.br/).

12.7. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção;

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Membros titulares:
Enio José Serra dos Santos - Docente
José Cláudio Sooma - Docente
Leandro Teofilo de Brito - Docente
Luciene Cerdas - Docente
Rosana Rodrigues Heringer - Presidente da Comissão

Thiago Fortes Ribas – Docente
Mariana Chaves Lopes (chefe da secretaria acadêmica do PPGE)

Membros suplentes:
Mariane Campelo Koslinski – Substituta eventual do Coordenador do PPGE

Thiago Ranniery Moreira de Oliveira – Docente – Coordenador do PPGE

Thiago Ranniery Moreira de Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
SIAPE 1894207

Documento assinado eletronicamente por **Silvina Julia Fernandez**, **Vice-Diretor(a)**, em 12/01/2026, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufrj.br/autentica, informando o código verificador **6240217** e o código CRC **654AC1BE**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

PROFESSORES/AS COM DISPONIBILIDADE DE ORIENTAÇÃO PARA O MESTRADO EM 2026 – PPGE-UFRJ

CURRÍCULO, ENSINO E DIFERENÇA **Vagas Ampla Concorrência: 09** **Vaga para pretos, pardos e indígenas: 02** **Vaga para pessoa travestis, transexuais e quilombolas: 01**		
PROFESSOR/A	**TEMAS DE PESQUISA**	**PROJETOS DE PESQUISA**
Amilcar Araújo Pereira	Educação antirracista, Ensino de História, história das relações raciais, história e cultura afro-brasileiras e movimentos sociais.	Educação Antirracista em perspectiva transnacional: A pesquisa, financiada pelo Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, Edital 16/2023 da CAPES, realizada em perspectiva transnacional e em parceria com a University of Cambridge, analisará experiências curriculares nas áreas de Educação e de História, entendidas como antirracistas, nas seguintes universidades: UFRJ, UNEB e a Universidade de Cambridge, no Reino Unido. A partir dos resultados da pesquisa, a equipe do projeto produzirá materiais didáticos e workshops sobre Educação Antirracista, para serem utilizados nas universidades, fortalecendo o processo de consolidação da cooperação internacional entre nossas IES.
Ana Angelita Costa Neves da Rocha	Currículo. Geografia da Educação. Ensino de Geografia. Avaliação. Epistemologia da Geografia. Arquitetura Escolar.	Observatório Global do Ensino de Geografia: a agenda curricular em tempos de guerras Este projeto articula a trajetória docente da autora na UFRJ com a teoria curricular e o ensino de Geografia, tomando o conceito de "antagonismo" (de Ernesto Laclau) como eixo central. A proposta é debater o conhecimento escolar à luz da teoria política, integrando pesquisas que analisam e mapeiam reformas curriculares em diferentes escalas ao longo de 36 meses. Parte da premissa de que a revisão da BNCC é uma agenda prioritária para a consolidação democrática. O projeto dialoga com redes internacionais que já problematizam os limites e potencialidades dos currículos, analisando reformas em curso globalmente. A escala regional brasileira recebe atenção específica, devido à reorientação do trabalho docente e sua relação com a disciplina. A hipótese central articula escala e currículo, considerando as tensões entre as tradições da Geografia e as forças do regime conservador e autocrático, situando as mudanças curriculares no cerne dos conflitos geopolíticos contemporâneos. A investigação, qualitativa e documental, busca mapear as tensões e tendências que moldam o ensino da disciplina.

Luciene Cerdas	Alfabetização e Ensino de leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco em práticas pedagógicas, currículo e docência.	Alfabetização e ensino da leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental: O objetivo do projeto é produzir conhecimentos relevantes que permitam ampliar a compreensão acerca da alfabetização e do ensino de leitura e escrita de crianças, com ênfase nas práticas pedagógicas, no currículo e na docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano. A partir de uma abordagem qualitativa, busca-se: inventariar a produção acadêmica sobre o tema, na construção do Estado da Arte; analisar propostas curriculares para a alfabetização e ensino de leitura e escrita; compreender os desafios atuais que envolvem a docência, tendo em vista as mudanças conceituais e metodológicas que marcam a alfabetização e o ensino da leitura e escrita. O arcabouço teórico-metodológico das pesquisas dialoga com as abordagens discursivas na análise dos dados produzidos pelas pesquisas.
Carmen Teresa Gabriel	Currículo. Conhecimento. Saber Histórico Escolar. Teorias do discurso.	Currículos de licenciatura face aos desafios da construção de comuns: Esta pesquisa investiga a articulação entre “currículo” e “comum” nos cursos de licenciatura tendo como objetivo geral analisar as estratégias e táticas mobilizadas para construção de 'comuns curriculares' em contextos de formação docente. Em tempos de desvalorização da esfera pública e hegemonia de interesses ultraliberais na educação, recolocar o significante “comum” no debate curricular é um ato político de resistência e de afirmação de possibilidades. A investigação, de abordagem qualitativa, utiliza análise documental, entrevistas biográficas, rodas de conversa e observações em espaços formativos. A amostra contempla discursos de licenciandos/as, docentes universitários e da educação básica envolvidos em projetos formativos com escolas públicas do Rio de Janeiro, vinculados ao Complexo de Formação da UFRJ. O estudo busca produzir subsídios teórico-metodológicos e indicadores qualitativos para orientar políticas curriculares voltadas ao fortalecimento da formação docente no município do Rio de Janeiro, com foco na justiça social.
Giovanna Xavier	História e Educação com foco em: Escrita na primeira pessoa. Pensamento de mulheres negras. Corpo, memória, conhecimento.	Chamado e Travessia: sentir para escrever: O objetivo deste projeto é desenvolver uma teoria do conhecimento e práticas formativas baseadas na união entre sentir, pensar e criar, contribuindo para aterrar e pacificar o lugar do eu na pesquisa acadêmica, compreendida como ato coreográfico. Em continuidade com os ligamentos da teoria da História Intelectual de Mulheres Negras e com a minha trajetória de formação como bailarina, esta agenda de pesquisa marca a abertura de um novo ciclo. Enraizada no campo da história sensorial, tal travessia fundamenta-se na escrita como prática viva, sensorial e ética; na percepção espiralar do tempo; no reconhecimento da palavra nascida gesto para se tornar movimento; e na compreensão do trauma como o modo pelo qual o corpo guarda suas marcas.
Diego de Matos Gondim	Filosofias da diferença e das diásporas africanas, com foco em comunidades quilombolas, religiões de matriz africanas e suas relações com a educação.	Proponho, como projeto de pesquisa, operar com cosmologias quilombolas, indígenas, caiçaras e ribeirinhas, objetivando problematizar a Educação a partir de uma prática ética, estética, política e econômica. Com isso, tenho como questionamento que possibilidades se abrem para a pesquisa em Educação quando esta é assumida à luz de um perspectivismo e das filosofias da diferença, tendo em vista suas dimensões filosóficas, epistemológicas e metodológicas. Buscando desenvolver metodologias de pesquisa e de análise para a Educação - utilizando como referencial os estudos do perspectivismo e das filosofias da diferença -, o projeto propõe imersões de campo junto a comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras.

Maria Margarida Pereira de Lima Gomes	Currículo. Currículos escolares. Formação de Professores. Materialidades do ensino. Materiais didáticos. Currículo e ensino de Ciências. Currículo e ensino de Biologia.	Currículo de Ciências: compreendendo o ensino, os materiais didáticos e a formação docente O objeto de estudo situa-se na interseção das dinâmicas de ensino de Ciências e formação docente. A proposta é analisar a formação docente em meio às práticas curriculares da disciplina escolar Ciências, com o objetivo de compreender como a relação das escolas com um projeto de extensão universitária, o Projeto Fundão Biologia UFRJ, vem atravessando o ensino de Ciências. Para a construção da abordagem teórico-metodológica considera-se que os currículos de formação de professores se constituem cultural e historicamente, em meio a seleções produzidas por atravessamentos sociais, epistemológicos e políticos. O acervo do projeto vem sendo organizado a partir de depoimentos, rodas de conversa, cadernos de campo, relatórios, fotografias, livros didáticos, apostilas, atividades e materiais didáticos produzidos e utilizados por professores e licenciandos. Espera-se produzir análises que articulem experiências de ensino, atividades e materiais didáticos com as práticas curriculares de formação docente.
Márcia Serra Ferreira	História do Currículo. Políticas de Currículo. Currículo de Ciências. Currículo de Biologia. Formação de Professores.	As pesquisas que coordeno com financiamento do CNPq e da FAPERJ são desenvolvidas no campo do Currículo em perspectiva histórica, assumindo a História do Currículo como História do Presente. Em uma delas o foco se dirige às tradições curriculares que apostam na integração curricular como um dispositivo capaz de reorganizar os conhecimentos e sujeitos do ensino e da formação de professores. Ela trata, especificamente, das Ciências Biológicas, mas dialoga com outros campos disciplinares que, historicamente, produziram disciplinas/conhecimentos escolares em formatos integrados. Em outra investigação, de caráter interinstitucional, a intenção é analisar os significados que a relação teoria-prática vem assumindo, no tempo presente, na formação de professores para atuação no ensino de Ciências e Biologia.
Thiago Ranniery	Currículo, gênero e sexualidade. Cultura, diferença e políticas curriculares. Estudos feministas, queers e estudos de currículo. Estudos de ciência e tecnologia, estudos multiespécies e educação.	Projetos de Pesquisa: Pensando com, pensando diante: currículo, literatura e ecologias queers/ Nós, no mundo deles: pensar (teoria de) currículo com os vírus. A partir da figura inumana de espécies de encrenca (vírus, bactérias, fungos, pragas, insetos etc.), o projeto dá continuidade a tarefa de queerizar mecanismos que criam a imagem de pensamento da educação como fundada na relação exclusiva dos humanos-entre-eles sob a garantia pacificadora do currículo como projeto de formação transcendente. O objetivo é investigar os impactos ontológicos e as alianças políticas entre estudos curriculares, estudos multiespécies, humanidades ambientais e estudos da ciência e da tecnologia. Teoricamente, o projeto opera, por um lado, em matriz pós-humana e neomaterial e mobiliza, por outro, cruzamentos com os estudos queers, feministas e do pensamento negro radical. O estudo empírico tem por base percursos tentaculares especulativos, acompanhando redes de pesquisa em ciência e tecnologia, bem como figurações artísticas (na literatura, no cinema e nas artes plásticas) em torno das ecologias queres. Com tais emaranhados, espera-se desdobrar a investigação em currículo como um trabalho filosoficamente informado para pensar de outro modo os processos de produção da subjetividade e da política além da ascese do antropocentrismo e da divisão natureza e cultura. A relevância da proposta está relacionada tanto em aportar a teoria de currículo de aspectos conceituais pouco explorados no campo e tão atuais ao seu compromisso com o estudo da incognoscibilidade da experiência educacional quanto em responder a múltiplas demandas das comunidades escolares por entender como mundos além e aquém do humano convocam respostas curriculares diante do problema do Antropoceno.

ESTADO, TRABALHO-EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS **Vagas para ampla concorrência: 11** **Vaga para pretos, pardos e indígenas: 03** **Vaga para pessoas com deficiência (PcD): 01** **Vaga para pessoa travestis, transexuais e quilombolas: 01**		
PROFESSOR/A	**TEMAS DE PESQUISA**	**PESQUISAS**

Alessandra Nicodemos Oliveira Silva	Políticas curriculares, propostas pedagógicas e práticas docentes na Educação de Jovens e Adultos. Educação Popular em espaços escolares e em movimentos sociais. Reformas educacionais e seus impactos na relação entre juventude trabalhadora e escola. Ensino de História crítico.	Impactos da BNCC nos currículos locais da EJA A pesquisa investiga como a obrigatoriedade da BNCC tem incidido sobre os currículos da Educação de Jovens e Adultos no estado do Rio de Janeiro e nas redes municipais da região metropolitana. A questão central busca compreender se os currículos locais dialogam com referenciais anteriores da modalidade, de caráter emancipatório e atentos às especificidades sociais e escolares dos sujeitos da EJA, ou se são orientados exclusivamente pela BNCC, documento que silencia sobre essas especificidades. Considerando o contexto pós-2016 e a invisibilidade atribuída à EJA pelos marcos regulatórios recentes, parte-se da hipótese de que a BNCC favorece o apagamento das singularidades formativas da modalidade, com repercussões em materiais didáticos e formação docente. A pesquisa pretende produzir indícios críticos sobre os processos de reformas curriculares na rede estadual e municipal, fundamentando-se nas teorias críticas do currículo e entendendo o currículo como artefato histórico inscrito em relações de poder.
Bruno Gawryszewski	Trabalho-Educação; políticas públicas em educação; economia política; dependência e educação; reformas educacionais; temas sobre ensino médio e educação profissional.	O Novo Ensino Médio como "janela de oportunidade" na formação da força de trabalho no Brasil O projeto de pesquisa investiga o caráter demandado pela formação da força de trabalho pelos setores dominantes brasileiros e internacionais, especialmente a formação da juventude da classe trabalhadora. Para isso, há duas vertentes: um de âmbito da pesquisa de campo nas escolas públicas da rede estadual do Rio de Janeiro; a outra é de cunho teórico-conceitual em que se parte da teoria do valor marxiana e categorias como imperialismo e dependência para apreender as mediações que se materializam na política educacional e nas relações de trabalho-educação.
Enio José Serra dos Santos	Políticas de Educação de Jovens e Adultos; EJA e mundos do trabalho; Educação Popular; Geografia da EJA e da Educação Popular; Geografia da Educação.	A Educação de Jovens e Adultos como direito territorial no estado do Rio de Janeiro: um estudo sobre o caso da Região Serrana O principal objetivo da pesquisa consiste em analisar as conexões que se estabelecem entre as características socioespaciais, o nível de escolaridade da população e a oferta de Ensino Fundamental na modalidade EJA. Para tanto, o território se configura em ferramenta analítica principal por aglutinar diversos setores governamentais responsáveis por assegurar direitos fundamentais para a classe trabalhadora. Nesse sentido, diferentes fatores são analisados de forma conjunta e articulada a partir da teoria do desenvolvimento geográfico desigual, da perspectiva da dualidade educacional e da compreensão da educação escolar como direito territorial. Com base na teoria social crítica, o estudo prevê o levantamento, sistematização e mapeamento de dados territoriais e educacionais do estado do Rio de Janeiro, bem como a realização de estudo de caso na Região Serrana.
Fábio Araújo de Souza	Políticas Educacionais, Financiamento da Educação Básica Pública, Trabalho-Educação.	O novo Fundeb permanente e seus efeitos na educação básica brasileira Atua na área de estudo e pesquisa das políticas educacionais brasileiras com base teórica no marxismo, com foco nos temas: políticas públicas, financiamento da educação, Planos de Educação, privatização da educação, financeirização da educação, remuneração docente, recursos públicos para educação, compensações financeiras pela exploração e produção de recursos minerais, com foco nos royalties e na participação especial oriundas do petróleo e gás natural, política de fundos em especial o novo Fundeb permanente, judicialização do financiamento da educação, Salário-Educação, recursos descentralizados para unidades escolares, financiamento da educação básica nas redes de ensino dos estados, DF e municípios, com atenção especial para as redes de ensino do estado do Rio de Janeiro, entre outros temas afins. Além de análises acerca de experiências em financiamento da educação nos países estrangeiros. As pesquisas são desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudo e Pesquisa de Financiamento da Educação (Grufinc-UFRJ).

José Jairo Vieira	Decolonialidade e Educação Antirracista. Educação Diferenciada. Educação Quilombola. Políticas de esporte e corpo. Diversidade social. Estado e Movimentos Sociais. Educação Superior.	Direito à Educação Antirracista na Baixada Fluminense: Políticas, práticas e percepções na escola a partir da busca da implementação da LEI 10.639 O projeto tem por objetivo oferecer uma educação continuada para os representantes municipais das secretarias de educação da Baixada Fluminense e através dos desdobramentos dessa ação realizar um levantamento, sistematização e análise das práticas antirracistas realizadas pelas secretarias, coordenadores pedagógicos e professores das redes municipais a partir da Lei 10.639. A metodologia utilizada tanto para promover o debate como coletar dados dessa pesquisa aplicada será a pesquisa ação, a estratégia será a realização de palestras para os representantes das secretarias, a partir delas ocorrerão três desdobramentos, ou seja, reuniões especificas com os coordenadores pedagógicos, com os professores. Essas reuniões serão gravadas e os atores envolvidos responderão a questionário (on line) e entrevistas. Através do debate, reflexão, propagação e aplicação de uma educação antirracista pautada na decolonialidade e na interculturalidade crítica alcançaremos um ambiente menos hostil e mais acolhedor e propicio ao pleno desenvolvimento das crianças
Jussara Marques de Macedo	Trabalho docente. Organismos internacionais e trabalho docente. Políticas de formação para o trabalho docente. Precarização do trabalho docente. Ensino superior. Direito à educação.	Tendências em construção na política de formação para o trabalho docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) Objetiva-se analisar as tendências em construção das políticas de formação para o trabalho docente no IFRJ. Leva-se em conta as mudanças ocorridas no Estado, a partir dos anos de 1990, quando se concretizou a contrarreforma da educação brasileira. No que se refere à expansão da Educação Superior, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram considerados como indispensáveis, com a obrigatoriedade de ofertar cursos de licenciatura e programas especiais, voltados para a formação pedagógica. Fundamenta-se no método do Materialismo Histórico-dialético que possibilita compreender o fenômeno em sua totalidade. Espera-se produzir conhecimento não apenas ligados às políticas de formação para o trabalho docente, mas também, da forma como tais políticas têm contribuído para a intensificação da precariedade do trabalho docente no âmbito do IFRJ. Evidencia-se, porém, que essas instituições, que hoje compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira tem sua gênese pautada na formação de técnicos com vistas à sua inserção no mercado de trabalho.
Marcelo Paula de Melo	Políticas Públicas de Cultura, Esporte e Educação Física na educação básica e no lazer. Relação Estado e Sociedade civil na execução de Políticas educacionais, culturais e de Educação Física em tempos de avanço neoliberal. Conservadorismo e impactos na escolarização, no corpo e na Educação Física em tempos de avanço neoliberal. Gramsci, Política e Educação e Educação Física.	Avanço conservador, políticas neoliberais e seus impactos nas políticas de educação, Educação Física e cultura Estudar as políticas públicas de educação, artes, esportes e lazer por meio de ações governamentais, mesmo quando executadas por entidades privadas supostamente sem fins de lucro, como expressão das privatizações das ações estatais em tempos de aprofundamento do projeto neoliberal. Estudar as indicações dos organismos Internacionais para o campo da Educação, artes, esporte e lazer, por meio dos documentos de seus intelectuais orgânicos individuais ou coletivos. Estudos dos intelectuais orgânicos e\ou aparelhos privados de hegemonia burgueses e suas indicações, proposições ou execução de políticas em tempos de aprofundamento do projeto neoliberal campo da Educação, artes, esporte e lazer. Estudos sobre avanço reacionário\conservador, intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia da extrema direita suas indicações, proposições ou execução de políticas em tempos de aprofundamento do projeto neoliberal campo da Educação, artes, esporte e lazer.

Roberto Leher	Políticas Públicas em Educação, Educação Superior, Trabalho e Educação, Capitalismo Dependente, Heteronomia Cultural.	Plataformas e sistemas de ensino: novas fronteiras da mercantilização da educação no Brasil O projeto desenvolve uma nova problemática de pesquisa "Plataformas e sistemas de ensino: novas fronteiras da mercantilização da educação no Brasil", elaborada a partir das investigações anteriores sobre a financeirização da educação superior brasileira. Propugna que a crise da indução estatal do setor privado-mercantil a partir de 2015 levou os investidores a buscarem novos nichos, entre os quais a expansão das corporações para o 'mercado' de educação básica, sobretudo por meio de sistemas e plataformas de ensino. Investiga o grupo VASTA/ COGNA e, subsidiariamente, o grupo ARCO, ambos com ações negociadas na NASDAQ. Indica as particularidades do objeto – por meio de tecnologias digitais, do uso de algoritmos e de plataformas, reconfigurando o trabalho docente e as formas de atuação dos referidos grupos na educação básica, inclusive no setor público. Aprofunda e sistematiza conceitualmente a mercantilização, os marcos legais do setor privado-mercantil, a composição orgânica do capital e os sistemas de ensino na bolsa de valores.

FORMAÇÃO DOCENTE, LINGUAGENS E SUBJETIVIDADE **Vagas para ampla concorrência: 07** **Vaga para pretos, pardos e indígenas: 02** **Vaga para pessoas com deficiência (PcD): 01**		
PROFESSOR/A	**TEMAS DE PESQUISA**	**PROJETOS DE PESQUISA**
André Bocchetti	Corpo, criação e pesquisa educacional, Práticas somáticas e reverberações educacionais, Corpo, política e educação, Corpo e filosofias da diferença, Corpo na formação de professores.	Emaranhados educacionais da pesquisa-criação com e desde os corpos. A pesquisa procura investigar possíveis relações entre pesquisa educacional e modos de conceber e experimentar a pesquisa em/como criação a partir, por um lado, do estudo de reflexões e procedimentos de artistas da performance sobretudo latino-americanas (os) e, por outro, de práticas interessadas em dobrar tais procedimentos sobre problemas e espaços tipicamente vinculados à investigação educacional, como o estudo, a docência e a sala de aula, em sua relação com os corpos. Nessa perspectiva, esta pesquisa se constitui em si mesma como gesto de investigação-criação, problematizando, pelas interfaces estéticas entre o pensamento e o fazer, as possibilidades de se manter o problema da criação no âmbito educacional. Nesse caminho, as teorizações em pesquisa-criação de autoras(es) como Erin Manning e Brian Massumi, em suas interfaces com filosofias pós-humanas e da diferença, são particularmente fundamentais.
Daniela de Oliveira Guimarães	Infância e Linguagem; Educação Infantil: Docência e Práticas Pedagógicas; a Creche e as Crianças de 0 a 3	A educação das crianças de 0 a 3 anos na creche: docência, cuidado e afeto. O projeto focaliza a educação das crianças de 0 a 3 anos na crehe e a formação de professores de bebês e crianças pequenas, a partir da discussão das relações entre cuidado como ética (Guimarães, 2011), afeto/sintonia afetiva (Stern 1992; 2007) e atenção conjunta (Kastrup, 2023). No plano político, insere-se no contexto da luta pelo direito dos bebês e crianças de até 3 anos à creche e ao cuidado como qualidade relacional. O objetivo central é compreender as possibilidades afetivas na relação com as crianças, desde os bebês, e nas relações formativas com professores, tendo em vista seus processos de subjetivação (Deleuze e Guatarri, 1995). A cartografia (Passos, Kastrup e Escósia, 2010) coloca-se como postura epistemológica e caminho metodológico, no imbricamento entre fazer e conhecer, assim como na consideração da processualidade nas experiências de pesquisa.

Giseli Barreto da Cruz	Formação docente: inicial, indução profissional e continuada. Didática e docência na Educação Básica e Superior.	Formação de professores iniciantes e seu processo de subjetivação docente em contextos de vulnerabilidade social: perspectivas de indução para a justiça social. O estudo analisa experiências de indução docente em escolas públicas localizadas em áreas vulneráveis socialmente, no sentido de responder a seguinte questão: Como é ser e tornar-se professor entre as incertezas do início da profissão e os contextos de desigualdade educacional e vulnerabilidade social que atravessam a comunidade escolar? Teoricamente considera 5 frentes argumentativas: i- indução docente, com Ávalos (2012; 2016); Cruz et ali (2020; 2022); ii) Subjetivação docente, com Guattari e Rolnik (1996)); iii) Formação de professores para a justiça social com Cochran-Smith (2012); Zeichner et ali (2015) e Candau (2011; 2016; 2020); iv) Território e vulnerabilidade social, com Burgos (2005; 2008a; 2008b; 2014); Pesquisa narrativa em interface com pesquisa-formação, com Clandinin e Connelly (2015) Delory-Momberger (2016); e Josso (2006).
Maria das Graças Nascimento	Trabalho docente, a formação de professores e a inserção profissional	Formação, indução profissional e coordenação pedagógica. A pesquisa origina-se de questões levantadas em estudos anteriores que tiveram como foco analisar ações dirigidas à inserção profissional e à formação continuada de professores. Tais estudos destacaram a importância de coordenadores pedagógicos para a efetivação da formação nas escolas. Os resultados desses estudos nos levaram a desenvolver, desde abril de 2024, uma ação de extensão, que tinha por objetivo proporcionar espaços de interlocução entre coordenadoras pedagógicas acerca de seu papel na formação docente e no acompanhamento de professores iniciantes. Buscamos analisar concepções sobre a formação continuada apresentadas pelas coordenadoras pedagógicas, bem como possíveis mudanças propiciadas pelas reflexões durante a extensão da qual participaram. Optou-se por desenvolver uma pesquisa-formação, na qual buscamos fazer uma intervenção (formação) capaz de integrar investigação, reflexão e ação. Esperamos que as reflexões coletivas nos levem a compreender as dinâmicas presentes nas escolas e as implicações para a formação continuada de professores.
Michelle Carreirão Gonçalves	Educação do corpo em ambientes formais e não formais de educação; Educação do corpo e suas dimensões estéticas; Corpo, subjetividades e formação; Teoria Crítica e Educação	Educação do corpo, formação e experiência estética. O projeto pensa os entrelaçamentos entre práticas corporais (notadamente o esporte) e estética, problematizando tanto o lugar do corpo e de sua educação nas diversas esferas sociais, quanto as possibilidades de análise do fenômeno esportivo a partir de uma perspectiva de produção e fruição estética. Fundamenta-se na Teoria Crítica a partir dos temas da Corporalidade e da Formação, considerando que as questões do corpo e suas expressões, assim como os destinos da formação cultural e suas vicissitudes, são amplamente exploradas nas análises frankfurtianas, configurando-se como pilares das reflexões críticas à sociedade hodierna. Assim, a pergunta pelas possibilidades expressivas no fazer esportivo, tanto no seu potencial formativo de um corpo criativo e autoral, quanto naquilo que expressa do contemporâneo, buscando sua dialética interna, tem sido o grande objetivo dessa investigação, articulando conceitos como técnica, mimese e jogo a pesquisas empíricas com práticas corporais/esportivas diversas.

Thiago Fortes Ribas	Educação e o pensamento genealógico de Nietzsche e Foucault. A crítica aos modos de subjetivação neoliberais. Estudos contra-coloniais.	Genealogia e educação: da crítica da verdade às relações ético-políticas. A pesquisa investiga as contribuições do pensamento genealógico de Nietzsche e de Foucault à reflexão sobre a educação e sobre questões que envolvem o campo educacional. De forma mais específica, a pesquisa busca: (1) analisar como se fundamenta a crítica da verdade na genealogia e como ela recai hoje sobre a forma de se pensar a educação; (2) pesquisar as contribuições éticas das genealogias nietzscheana e foucaultiana para atualidade; e (3) examinar os ganhos e as possibilidades de complementação das análises de Foucault sobre o neoliberalismo à luz de produções teóricas recentes, articulando a pesquisa genealógica com pesquisas contra-coloniais. Os três eixos de pesquisa buscam levar a cabo a tarefa filosófica de um diagnóstico crítico do presente no tensionamento das entre as noções de verdade, ética e política na perspectiva genealógica.

HISTÓRIA, SUJEITOS E PROCESSOS EDUCACIONAIS

Vagas para ampla concorrência: 01
Vaga para pretos, pardos e indígenas: 01

PROFESSOR/A	TEMAS DE PESQUISA	PROJETOS DE PESQUISA
José Cláudio Sooma Silva	História da Educação, História da Institucionalização Escolar, História da Educação Primária, História da Profissão Docente, Processos de Escolarização.	Os pré-projeto das(os) candidatas(os) precisam estabelecer interlocuções com o Projeto Coletivo de Pesquisa financiado pelo CNPq, sob coordenação do docente. Em um quadro geral, esta investigação coletiva ambiciona perscrutar, por um lado, as interferências do ambiente urbano nas práticas e saberes escolares da educação primária na cidade do Rio de Janeiro. Por outro lado, em concomitância, objetiva investigar os modos como os discursos educacionais se apropriaram modificando as exigências e necessidades sociais cariocas. O recorte temporal abarca as três primeiras décadas do século XX.
Juliana Martins Cassani	História dos impressos e dos manuais didáticos. História de intelectuais. Processos de escolarização. História do esporte e das práticas corporais. História da Educação e suas intersecções no Brasil e na América Latina.	Os pré-projetos dos(as) candidatos(as) precisam se articular com as pesquisas financiadas pelo CNPq e pela Faperj sob coordenação da docente. No âmbito do CNPq, o foco está na análise dos espaços de memória institucionais, por meio dos quais se inscrevem saberes pedagógicos, formas de pensar a sociedade, a Educação e as (des)continuidades nos processos de formação de professores(as). Em relação à Faperj, o eixo está na investigação dos intercâmbios entre intelectuais, suas viagens, suas articulações em impressos, bem como suas iniciativas em realizar/participar de congressos no Brasil e em países da América Latina hispanofalante, com o objetivo de criar redes de colaboração e oferecer bases teóricas e orientações didático-pedagógicas que sustentassem os processos de escolarização nesses países. Ambos os projetos possuem como periodização os anos de 1932 a 1960.

INCLUSÃO, ÉTICA E INTERCULTURALIDADE

Vagas para ampla concorrência: 05
Vaga para pretos, pardos e indígenas: 01
Vaga para pessoa travestis, transexuais e quilombolas: 01

PROFESSOR/A	TEMAS DE PESQUISA	PROJETOS DE PESQUISA

Maria Judith Sucupira da Costa Lins	Filosofia da Educação, Ética e Educação Moral, Desenvolvimento Infantil e do Adolescente, Aprendizagem, Escola e Formação de Professores.	Projeto: Significado da Virtude Gratidão para Crianças do Ensino Básico - 2024 – 2026 Propõe-se a investigação do significado da Virtude Gratidão para crianças do ensino básico, partindo da seguinte hipótese: é possível às crianças do ensino básico conhecerem a Virtude Gratidão e estabelecerem sua prática, elencamos como objetivos: construção do Significado da Virtude Gratidão visando a sua concreta inserção na prática escolar a partir da investigação com crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental; Estabelecer um conceito de Gratidão; Discutir as possibilidades de compreensão do conceito da Virtude Gratidão pelos alunos; Oferecer uma base de trabalho para educadores interessados na Virtude Gratidão. Será utilizado o Método Sucupira-Lins de Pesquisa com Maior Comprometimento (2015), que exige do pesquisador uma atuação constante que ultrapassa a observação prescrita em pesquisa-ação. A tarefa de explorar textos, legislação, meios de comunicação em suas diversas modalidades é acoplada ao trabalho de campo. Acrescentamos à metodologia de pesquisa, selecionada para esse projeto, a hermenêutica desenvolvida pelo filósofo francês Paul Ricoeur (1988, 1983).
Sandra Cordeiro de Melo	Inclusão em Educação, Desenvolvimento. Aprendizagem, Transtorno do Espectro Autista e Tecnologias	Projeto: A práxis docente no uso do aplicativo comjuntos: formação e interação entre professores O projeto de pesquisa propõe analisar a práxis docente no ambiente do Aplicativo COMJUNTOS e a dinâmica das interações entre os usuários do sistema, no e com o próprio sistema. Acreditamos que a troca de experiências pedagógicas é formativa e que o COMJUNTOS pode se configurar como uma alternativa ao processo de formação docente. Esta crença se baseia nos resultados da pesquisa "Aplicativo Digital orientado para o professor que educa o aluno com autismo e T21 (síndrome de Down): uma pesquisa participativa-colaborativa" (2021-2024) e nas pesquisas de França (2023), Fernandes (2023) e Mattos (2024). A iniciativa integra Pesquisa, Ensino e Extensão, reunindo conhecimentos da Educação, Ciências e Tecnologia em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE) da UFRJ. O projeto foca na dinâmica formativa de docentes que utilizam o COMJUNTOS para desenvolver processos educacionais inclusivos.
Leandro Teofilo de Brito	Estudos sobre homens e masculinidades sob uma perspectiva feminista. Masculinidades nas infâncias e juventudes e suas intersecções com a diferença nos espaços educacionais formais e não- formais. Corpo, gênero e sexualidade.	Projeto: Educação e masculinidades: (des)construindo modos de ser homem na contemporaneidade Este projeto de pesquisa busca focalizar os estudos sobre masculinidades no campo da Educação, propondo três eixos centrais de desenvolvimento: 1) Levantamento, mapeamento e discussão da produção acadêmica contemporânea sobre a temática masculinidade em periódicos especializados na área da Educação; 2) Pesquisa colaborativa em escolas públicas localizadas no Estado do Rio de Janeiro, visando desenvolver rodas de conversa sobre a temática da masculinidade com jovens estudantes dos ensino fundamental e médio; 3) Aprofundamento teórico de leituras e discussões do pensamento feminista pós-estruturalista - com destaque para as noções de performatividade e interseccionalidade - ao trabalho de configuração de uma perspectiva teórico-política para a pesquisa sobre Educação e Masculinidades. Este projeto é vinculado ao Grupo de estudos sobre Masculinidades e Educação (GEMasc) e ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ).

POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Vagas para ampla concorrência: 05
Vaga para pretos, pardos e indígenas: 02
Vaga para pessoas com deficiência (PcD): 01

PROFESSOR/A	TEMAS DE PESQUISA	PROJETOS DE PESQUISA
Ana Pires do Prado	Antropologia e educação, Etnografia em pesquisas educacionais. Sociologia da educação, Políticas educacionais.	Projeto: Análise das escolhas, trajetórias educacionais e expectativas de estudantes de ensino médio e das licenciaturas (CNPq) Resumo da proposta: O objetivo da pesquisa é mapear e analisar as escolhas, as trajetórias e as expectativas de estudantes de ensino médio de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro e dos estudantes das licenciaturas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pretendemos analisar o perfil socioeconômico (renda, nível de formação e tipo de ocupação dos pais, necessidade ou não de trabalhar durante o curso), as trajetórias educacionais e os caminhos percorridos (tipo de escola frequentada, desempenho escolar, repetência, abandono, transferência de escolas/cursos e turnos) e os procedimentos de escolha e acesso ao ensino superior, especificamente aos cursos de licenciaturas.
Antonio Jorge Gonçalves Soares	Políticas de educação diferenciada (quilombolas e indígenas) no contexto da educação laica e republicana. Políticas Públicas e processos de educação do Corpo na escola e na sociedade.	Projeto 1- Analisa as políticas de identidade, as políticas de educação diferenciada e seus efeitos na reestruturação dos ideais do estado republicano. Projeto 2- Analisa as modalidades de educação quilombola e indígena no sentido de entender como as políticas de reconhecimento, distribuição e representatividade operam no interior das escolas localizadas em territórios diferenciados. Projeto 3- Analisa as políticas de educação de tempo integral nas quais a educação dos corpos ganha centralidade nos tempos e espaços escolares;
Mariane Campelo Koslinski	Efeito-escola, efeito-professor no início da trajetória escolar. Avaliação de impacto e de implementação de políticas educacionais. Desigualdades sociais e urbanas e oportunidades educacionais.	Projeto 1: A relação entre fatores escolares e a aprendizagem na pré-escola: um estudo longitudinal em dois municípios O projeto tem como objetivo explorar aspectos relacionados à estrutura da oferta (tipo de oferta, tamanho de turma e formação dos professores) e relacionados a processos escolares (liderança pedagógica, clima escolar, autoeficácia do professor e qualidade das interações em sala) e a aprendizagem das crianças na pré-escola. Projeto 2: Dinâmica das desigualdades escolares no Rio de Janeiro e Brasil: Mecanismos de (re)produção, gestão de práticas escolares, políticas públicas e seus efeitos O projeto analisa como fatores internos à escola (intramuros) - as ambiências escolares, mobilidade discente e rotatividade docente - impactam desempenho acadêmico, progressão escolar e permanência de estudantes. Além disso, investiga como fatores extramuros (segregação residencial, violência armada e concentração de pobreza) impactam a distribuição de recursos, condições e oportunidades educacionais.
Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato	Antropologia da Educação, Etnografia em Pesquisas Educacionais. Sociologia da Educação. Políticas Educacionais. Avaliação Educacional. Juventudes e Educação. Educação e justiça social.	Trajetórias entre a escola e a universidade: projeto, engajamento institucional e acadêmico (CNPq e FAPERJ). O projeto, em sua primeira fase, analisa trajetórias educacionais de estudantes de escolas públicas. Pensa a finalização da educação básica e a inserção no ensino superior dos aprovados no ENEM. Na segunda fase, acompanhará as trajetórias dos estudantes no ensino superior. Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) - Educação transformadora: antirracismo, interseccionalidade e justiça social na América Latina (CNPq). O projeto investiga diferentes tipos de antirracismos com cinco enfoques principais: computação, educação, linguístico, saúde e turismo. Objetiva-se oferecer formação ampla para profissionais dos campos citados, líderes de movimentos sociais e quilombolas, visando articular pesquisa, ensino e extensão, como também divulgar o conhecimento científico.

Rosana Rodrigues Heringer	Desigualdades no Acesso e Permanência na Educação Superior, Desigualdades Raciais na Educação, Políticas de Ação Afirmativa, Discriminação Racial.	Ações afirmativas na educação superior no século 21: desafios e controvérsias Ações de apoio acadêmico como fator de permanência no ensino superior público: uma análise a partir do caso da UFRJ
Tiago Lisboa Bartholo	Avaliação de impacto de políticas e programas educacionais. Avaliação de implementação de políticas educacionais. Sociologia das oportunidades educacionais. Condicionantes da segregação escolar e seus efeitos sobre as trajetórias escolares.	Projeto 1: Recomposição das aprendizagens e desigualdades educacionais nos pós-pandemia. O projeto de pesquisa é um desdobramento do estudo longitudinal realizado em dois municípios, Rio de Janeiro e Sobral, sobre os efeitos da pandemia no aprendizado e no bem-estar das crianças matriculadas na pré-escola. Esse novo projeto incorpora dados adicionais sobre o desenvolvimento cognitivo das crianças e amplia a série temporal entre 2018 e 2022. Projeto 2: O estudo tem como objetivo principal descrever os padrões de segregação escolar por raça e nível socioeconômico em uma série histórica de 2013 a 2023, em todas as cidades de médio e grande porte do Brasil. O estudo é inédito e descreverá, pela primeira vez, o fenômeno da segregação em todo o território nacional, considerando as matrículas no ensino fundamental e médio nas redes públicas e privadas de ensino.

ANEXO II

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PRÉ-PROJETO DE PESQUISA

O projeto, com no mínimo 8 páginas e no máximo 10 páginas (formatação: Times New Roman corpo 12, espaçamento 1,5, margens superior e esquerda 3cm; inferior e direita 2cm), no formulário *on line* apresenta os seguintes itens:

1. Título
2. Introdução
3. Justificativa (incluindo a escolha do PPGE-UFRJ, da Linha de Pesquisa que pretende ingressar e possíveis orientadores);
4. Objetivos;
5. Referencial teórico e metodológico;
6. Referências bibliográficas.

Atenção: orientamos os/as candidatos/as a levarem em conta as Diretrizes sobre Integridade Acadêmica que foram aprovadas no dia 29/5/2015, pelo Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da Universidade de Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Documento disponível em: https://conexao.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/09/Folder_Diretrizes-Integridade-Academica_UFRJ_2021-1.pdf

ANEXO III

CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO PARA O CURSO DE MESTRADO TURMA 2026

ATIVIDADES	DATAS
Inscrições	12 de janeiro a 10 de fevereiro de 2026
Resultado da Homologação das inscrições	25 de fevereiro
Recursos	26 e 27 de fevereiro
Resultado do recurso	02 de março
Resultado da análise do resumo do pré-projeto (1 ª Etapa)	23 de março
Recursos (1ª Etapa)	24 e 25 de março
Resultado do recurso (1 ª Etapa)	26 de março
Prova escrita (2ª Etapa)	11 de abril
Resultado parcial (2ª Etapa)	04 de maio
Recursos (2ª Etapa)	05 e 06 de maio
Resultados do recurso (2ª Etapa)	07 de maio
Arguição dos/as candidatos/as aprovados/as na prova escrita (3ª Etapa)	11 de maio a 03 de junho
Resultado da 3ª Etapa	09 de junho
Recurso da 3ª Etapa	10 e 11 de junho
Resultado do Recurso (3ª Etapa)	12 de junho
Comissão de heteroidentificação (4ª. Etapa)	25 de junho
Banca de verificação da condição de deficiência (4ª Etapa)	A ser divulgada
Resultado final	29 de junho
Matrícula	A partir do dia 06 de julho

ANEXO IV

PONTOS PARA A PROVA ESCRITA - QUESTÃO GERAL

1. Políticas públicas e reformas educacionais na Educação Básica e no Ensino Superior na contemporaneidade
2. O direito à educação e a escola pública na promoção da justiça social
3. Humanidades digitais: possibilidades e desafios para a educação.

BIBLIOGRAFIA INDICADA PARA A PROVA ESCRITA DE MESTRADO POR LINHA DE PESQUISA

Currículo, Ensino e Diferença

MILLER, J. L. TEORIZAÇÃO DO CURRÍCULO COMO ANTÍDOTO CONTRA/NA CULTURA DA TESTAGEM. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 2043 - 2063 out./dez. 2014 ISSN: 1809-3876 2043. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/S file:///C:/Users/lucie/Downloads/21679-Texto%20do%20artigo-55646-1-10-20141226-1.pdf

PARAÍSO, M. A. Currículo e seus Dizeres, Fazeres e Quereres: vontade de potência de uma professora?. **Educação & Realidade**, v. 47, p. e124429, 2022. https://doi.org/10.1590/2175-6236124429vs01

SILVA, R. R. D. DA .. CRÍTICA AO PROCESSO DE ALGORITMIZAÇÃO CURRICULAR NO BRASIL DO SÉCULO XXI. **Educação & Sociedade**, v. 45, p. e278984, 2024. https://doi.org/10.1590/ES.278984

VEIGA-NETO, A.. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 267–282, maio 2012. https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000200002

YOUNG, M.. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 151, p. 190–202, jan. 2014.https://doi.org/10.1590/198053142851

Formação Docente, Linguagens e Subjetividades

DINIZ-PEREIRA, J. E. (2013). A construção do campo de pesquisa sobre formação de professores. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 145-154. http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v22n40/v22n40a13.pdf

HOOKS, B. "A construção de uma comunidade pedagógica" in **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad.: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2013. https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/hooks_-_Ensinando_a_transgredir.pdf

LUCIANO, G. J. dos S. (2017) Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. **Revista de Educação Pública**, *[S. l.]*, v. 26, n. 62/1, p. 295–310. https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4996

MASSCHELEIN, J., & FREITAS FILHO, L. C. M. (2021). Uma história educacional da caverna: (sobre os animais que vão à 'escola'). **Educação Em Foco**, 26(1), e26060. https://doi.org/10.34019/2447-5246.2021.v26.36575

SARAIVA, K. (2014). A aliança biopolítica educação-trabalho. **Pro-Posições**, v. 25, n. 2 (74), maio/ago, pp. 139-156. https://www.scielo.br/j/pp/a/5BCw7ypmxhfN7bvqfFnjtCH/?format=pdf&lang=pt

Estado, Trabalho-Educação e Movimentos Sociais

DERMEVAL, Saviani. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, v. 12, n. 34, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt&utm_source=chatgpt.com.

LINO, Nilma Gomes. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofía Aurora**, vol. 33, no. 59, 2021. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27991/25100.

MACHADO, M. M. Educação de Jovens e Adultos/as Trabalhadores/as: mais uma vez convocados/as. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 18, n. 41, 2024. DOI: 10.22420/rde.v18i41.2149. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2149

PEIXOTO, Elza. Do professor abstrato ao professor concreto. **Educação em Revista**, v. 41, 2025. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9339/23128 .

História, Sujeitos e Processos Educacionais

CHARTIER, Anne-Marie. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26, n.2, p. 157-168, jul./dez. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/zLZZZYgf6hMkpQzxwjFpmNv/?lang=pt.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. Disponível em: https://search.app/Sew8w3wE5nd3eLBs9.

GONDRA, José Gonçalves. A emergência da Infância. **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, p. 195-214, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/XkXqxRhvbJG7dDQhddPdtTh/

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, jan.-jun. 2001, p. 9-44. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/items/e9023977-ec31-43ec-802a-7ba9759d8ea2

NUNES, Clarice. A disciplina História da Educação na formação de professores: desafios contemporâneos. **História da Educação** (UFPel), v. 10, n. 19, p. 173-180, 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29411.

Inclusão, Ética e Interculturalidade

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 329-376, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?lang=pt .

COSTA, Maria Antônia Ramos. A ética e a diversidade na educação inclusiva. In: BRAGA, Daniel L. S. **Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais**: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI – v. 2. Disponível em: https://institutoscientia.com/wp-content/uploads/2022/09/capitulo-humanas_sociais_2-45.pdf.

LORIERI, Marco Antonio. Relações interculturais, ética e educação. **Revista Trama Interdisciplinar**, v. 10, n. 2, p. 18–30, 2020. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/12502 .

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 01, p. 11-30, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/H5rJm7gXQR9zdTJPBf4qRTy# .

SILVA, José Rodolfo Lopes da; FERRARI, Anderson; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. Masculinismo, neoconservadorismo e pedagogias culturais: investimentos em tradições, essencializações e naturalizações. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, p. e2189, 2022. Disponivel em: https://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.htm .

Políticas e Instituições Educacionais

ALVES, M. T. G. Caracterização das Desigualdades Educacionais com Dados Públicos: Desafios para Conceituação e Operacionalização Empírica. **Lua Nova: Revista de Cultura E Política**, n. 110, 189–214, 2020. Disponível em: scielo.br/j/ln/a/Kgn3rk4gnpRT3XhNCDMLTsF/?format=pdf&lang=pt

BARBOSA, M. L.; GANDIN, L. A. Sociologia da educação brasileira: diversidade e qualidade. ***R*evista Brasileira De Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** - BIB, v. 91, p. 1-38, 2020. Disponível em: Vista do Sociologia da educação brasileira

CANO, I. G. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia nas Ciências Sociais no Brasil. **Sociologias**, v. 14, n. 31, 2012. Disponível em: scielo.br/j/soc/a/QC6rphm93gZgXmt6FSqWJys/?format=pdf&lang=pt

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, G. (Org.) **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019, p. 11-38. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20

NOGUEIRA, M. A.; RESENDE, T. F. Relação família-escola no Brasil: um estado do conhecimento (1997-2011). **Educação: Teoria e Prática**, v. 32, p. 0-19, 2022. Disponível em: Vista do Relação família-escola no Brasil: um estado do conhecimento (1997-2011)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA OS CANDIDATOS QUE NÃO POSSUEM COMPROVANTE E QUE SOLICITARAM NO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO A REALIZAÇÃO DE ARGUIÇÃO NO FORMATO REMOTO

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA LEI 7115/1983

Eu, _____, CPF:_____, Profissão: _____, Nacionalidade: _____, Estado civil:_____, declaro que resido na , N° , Complemento: _____, Bairro:_, no município: _____, Estado: _____.

Declaro ainda que estou ciente que a falsidade da presente declaração me sujeitará às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

, _/ _/ _.
Cidade e Estado Dia Mês Ano

_____
Assinatura

ANEXO VI

TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA ALUNOS QUE NÃO COLARAM GRAU NA GRADUAÇÃO

Eu_____, CPF_____, responsabilizo-me a entregar cópia do comprovante de conclusão do curso de Graduação no ato da matrícula.
Estou ciente de que, em caso de aprovação no processo seletivo, a não entrega do referido documento implicará na perda da vaga no mestrado, turma 2026.

Rio de Janeiro, ____, de _____ de 2026.

_____
Assinatura

ANEXO VII

GRADE CURRICULAR E PERCURSO DESEJÁVEL

O estudante de mestrado deverá obter 225 horas-aula em disciplinas obrigatórias, 180 horas em disciplinas de livre escolha (quatro disciplinas de 45 horas-aula), para computar o mínimo de 405 horas-aula. As disciplinas obrigatórias para o mestrado são: Educação Brasileira (45h); Pesquisa Educacional (45h); Prática de Pesquisa I (45h); Prática de Pesquisa II (45h); Seminário de Dissertação (45h); Pesquisa de Dissertação (não conta crédito).

Além disso, de acordo com o regimento do PPGE/UFRJ, o(a) estudante de mestrado deverá:

- Realizar o exame de projeto (com apresentação do projeto de dissertação) até 15 meses após o início do mestrado.
- Defender a dissertação até 24 meses após o início do mestrado.

O percursos curricular desejável tem, portanto, como exemplo a seguinte trajetória:
Semestre 1: Educação Brasileira (45h), Pesquisa Educacional (45h) e Prática de Pesquisa I (45h)
Semestre 2: Seminário de Dissertação (45h), Prática de pesquisa II (45h) e Disciplina de Livre Escolha (45h)
Semestre 3: Disciplina de Livre Escolha (45h), Disciplina de Livre Escolha (45h) e Disciplina de Livre Escolha (45h) + Exame de Projeto de Dissertação
Semestre 4: Pesquisa de Dissertação + Defesa da Dissertação

As disciplinas obrigatórias são oferecidas às terças e quintas (com exceção da disciplina Prática de Pesquisa). Há oferta de duas turmas para cada disciplina obrigatória, uma turma no período da manhã e outra no período da tarde.

A disciplina Prática de Pesquisa é oferecida em dia e horário específicos, definidos pelo docente orientador.
A reprovação em duas disciplinas implicará no cancelamento da matrícula.
O(a) estudante também deverá realizar o exame de proficiência em língua estrangeira. As provas serão realizadas no primeiro semestre e no segundo semestre do ano. O(A) estudante deverá realizar o exame no primeiro semestre do curso e terá uma segunda chance no segundo semestre, caso não seja aprovado no primeiro exame de proficiência. Duas reprovações implicarão no cancelamento da matrícula.

Av. Pedro Calmon, 550 - Prédio da Reitoria - - Bairro Cidade Universitária

Rio de Janeiro - RJ - CEP CEP 21941-901 - Telefone: - http://www.ufrj.br